

**DIREITO INTERNACIONAL
EM EXPANSÃO**

VOLUME II

ANAIS DO 10º CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO INTERNACIONAL

WAGNER MENEZES (ORGANIZADOR)

Professor Associado de Direito Internacional na USP - Universidade de São Paulo, Livre-docente. Doutor com Pós-Doutorado na Università Degli Studi di Padova; Mestre. Presidente da Academia Brasileira de Direito Internacional - ABDI. Coordenador do Congresso Brasileiro de Direito Internacional. Membro-Diretor da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Árbitro do Tribunal Arbitral do Mercosul (Protocolo de Olivos). Advogado. Professor visitante em vários cursos de pós-graduação no Brasil e no exterior.

**DIREITO INTERNACIONAL
EM EXPANSÃO**

VOLUME II

ANAIS DO 10º CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO INTERNACIONAL



Belo Horizonte
2012



CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz
André Cordeiro Leal
André Lipp Pinto Basto Lupi
Antônio Márcio da Cunha Guimarães
Carlos Augusto Canedo G. da Silva
David França Ribeiro de Carvalho
Dhenis Cruz Madeira
Dirceô Torrecillas Ramos
Emerson Garcia
Felipe Chiarello de Souza Pinto
Florisbal de Souza Del'Olmo
Frederico Barbosa Gomes
Gilberto Bercovici
Gregório Assagra de Almeida
Gustavo Corgosinho
Jamile Bergamaschine Mata Diz

Jean Carlos Fernandes
Jorge Bacelar Gouveia - Portugal
Jorge M. Lasmar
Jose Antonio Moreno Molina - Espanha
José Luiz Quadros de Magalhães
Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Luciano Stoller de Faria
Luiz Manoel Gomes Júnior
Mário Lúcio Quintão Soares
Nelson Rosenvald
Renato Caram
Rodrigo Almeida Magalhães
Rogério Filippetto
Rubens Beçak
Vladimir Oliveira da Silveira
Wagner Menezes

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico,
inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2012.

Plácido Arraes
Editor

Avenida Brasil, 1843/loja 110, Savassi
Belo Horizonte/MG - CEP 30.140-002
Tel: (31) 3031-2330

Coordenação Editorial: Fabiana Carvalho
Capa: Vladimir O. Costa e Charles Hoffert
Diagramação: Wesley V. dos Santos

D598

Direito internacional em expansão – volume 2 – Anais
do 10º Congresso Brasileiro de Direito Internacional /
Wagner Menezes, organizador. – Belo Horizonte:
Arraes Editores, 2012.
674p.
ISBN: 978-85-62741-73-9

1. Direito internacional. I. Anais do 10º Congresso
Brasileiro de Direito Internacional. II. Menezes, Wagner.

CDD: 341.1
CDU: 341.01

Elaborada por: Maria Aparecida Costa Duarte
CRB/6-1047

www.arraeseditores.com.br
arraes@arraeseditores.com.br

Belo Horizonte
2012

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os **pesquisadores** que participaram da presente obra e contribuíram para o amadurecimento do Direito Internacional no país.

À **Arraes Editores** e sua equipe envolvida na editoração da obra, por terem corajosamente assumido a missão de publicação dos textos, marcando assim seu comprometimento com o estudo do Direito Internacional, bem como com a academia e a produção científica brasileira.

A presente obra é dedicada à vida e obra do professor Celso Lafer.

NOTA DO ORGANIZADOR

Depois de nove anos, o Congresso chega a sua décima edição, realizada ininterruptamente, contando novamente com a participação de professores e pesquisadores de todo país, que abnegados enviaram seus artigos, seus trabalhos para avaliação e seleção e os melhores artigos encontram-se estampados e ilustram a presente obra.

Ao longo desses dez anos, os artigos apresentados no Congresso foram publicados ora em formato de anais impressos, outras vezes em formato eletrônico, mas nesta décima edição, e de forma comemorativa, o conjunto dos textos selecionados está publicado em uma obra que marca definitivamente o tempo em que estamos vivendo no Brasil, o do “Direito Internacional em expansão”, expressão que inspirou o título da obra e que representa o resultado do trabalho da Academia Brasileira de Direito Internacional e da Sociedade Brasileira de Direito Internacional na direção e organização do Congresso Brasileiro de Direito Internacional.

Cabe recordar que, há dez anos, a realidade do estudo do Direito Internacional no país era desalentadora, existiam ilhas do saber do Direito Internacional e pouco se estudava o tema, bem como existiam poucos especialistas que atuavam no mercado e nas universidades. Hoje, existe um crescente número de cursos de pós-graduação que trabalham com Direito Internacional, os professores estão se especializando cada vez mais e com mais acesso à informação de fonte primária, e os concursos públicos e de acesso às carreiras jurídicas não tratam mais a matéria como sendo “sem importância”, mas exigem que a formação dos seus quadros leve em conta o conhecimento em Direito Internacional como pré-requisito.

Existe muito por fazer, mas é inegável que hoje o estudo do Direito Internacional passa por um processo de expansão na sua estrutura normativa, nas bases de interpretação, e uma nova geração de internacionalistas se debruça sobre livros, pesquisas e análises desses novos fenômenos, o conjunto e a diversidade de temas tratados nesses dois volumes traduzem esse movimento de maior especialização do Direito Internacional.

É de se destacar que a **Arraes Editores** foi sensível a esse processo e decidiu apoiar o Congresso com uma publicação especial, com uma obra digna de uma década de

produção acadêmica incessante, crescente e qualitativamente mais densa, vocalizando o que de mais moderno está sendo discutido nas universidades brasileiras sobre o Direito Internacional e reproduz em livro as pesquisas realizadas sobre o tema nos cursos de graduação, pós-graduação e nas instituições de pesquisa.

Nesse sentido, a presente obra, publicada em dois volumes, corporifica o amadurecimento no estudo do Direito Internacional no país e possui uma diversidade de perspectivas de novas e inovadoras abordagens. A temática central que norteia a presente obra é voltada para análise da expansão temática do Direito Internacional e suas mais variadas e múltiplas abordagens.

Nestes dois volumes poderão ser encontrados textos que tratam sobre temas variados, relacionados ao Direito Internacional contemporâneo, valendo destacar: “O que é cooperação jurisdicional?”; A influência internacionalista no processo de politização da justiça (ou seria de judicialização da política?); Comércio internacional e meio ambiente: diálogo das fontes ou fragmentação do direito internacional?; Cooperação internacional em matéria penal: o sistema de execução indireta e o regime de cooperação entre estados em matéria penal; Revisitando o *jus gentium* de Francisco de Vitória e Francisco de Suarez: por uma perspectiva universalista-humanista do direito internacional; Uma proposta de constituição mundial – reflexões sobre o direito internacional no século XXI; Comércio digital com divulgação nas redes sociais: impactos da globalização; As doutrinas de Direito Internacional e a construção do conceito de nacionalidade a partir da unificação italiana; Direito Internacional da propriedade intelectual: participação nos benefícios gerados pela exploração econômica dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade; Uniformização do direito internacional privado: características e limitações; Direitos Humanos e Direito Internacional privado: o diálogo como instrumento de efetivação dos direitos humanos através do Direito Internacional privado; O direito internacional dos investimentos e sua aplicação no setor de energia: uma percepção do direito ao desenvolvimento; *Ostatus* da entidade palestina: notas historiográfico-jurídicas sobre a *opinio juris* brasileira de 1985 a 1990; Crianças em guerra: um estudo sobre a proteção normativa internacional dispensada a crianças envolvidas em conflitos armados; Organizações não governamentais: aspectos nacionais e internacionais no Brasil; Mercosul: passado, presente e futuro: uma tentativa exitosa de avançar na consolidação de um projeto de integração regional?; Transformações do uso da força pelo conselho de segurança: adaptações ou entraves ao sistema de segurança coletivo das nações unidas; A tensão entre o pluralismo e solidarismo no processo de criação do direito internacional e o caso da guerra contra o terror; Normas internacionais e suas dimensões; Abusividade nos contratos de transferência de tecnologia em face do direito da concorrência; Reflexões acerca do problema da (in)determinação da norma de *jus cogens*na jurisprudência da Corte Internacional de Justiça; A inobservância do artigo 16.3 do Trips e as possíveis implicações para o Brasil na ordem internacional; Autodeterminação externa dos povos e integridade territorial; O mito de Francisco de Vitória: defensor dos direitos dos índios ou patriota espanhol?; A teoria da fragmentação do direito internacional: um “universo de ilhas interconectadas”; O conflito interno na Síria e o princípio da “responsabilidade de proteger”; Ascensão e declínio do direito internacional?; Morosidade do judiciário e as relações negociais internacionais; Os critérios de reconhecimento de governos sob a ótica do Direito Internacional: novas categorias?; O artigo v(1)(a) da Convenção de Nova Iorque e a invalidade da convenção de arbitragem.

A riqueza desta edição certamente reside na diversidade dos temas abordados em seu bojo e na seriedade das pesquisas desenvolvidas em suas múltiplas perspectivas. Trata-se de obra fundamental para aqueles que querem compreender, estudar e pesquisar de maneira ampla o arcabouço temático do Direito Internacional em seus vários enfoques, especialmente as teses mais modernas, por isso a leitura da presente obra é indispensável e merece ter lugar de destaque em todas as bibliotecas jurídicas.

A presente obra “Direito Internacional em Expansão” foi organizada em homenagem à vida e obra do professor **Celso Lafer**, por sua intensa carreira voltada para atuação internacional, seja a partir das percepções teóricas enquanto doutrinador que é referência para toda uma geração de estudiosos no Brasil, ou mesmo à frente do Ministério das Relações Exteriores, quando elevou o Direito Internacional como princípio fundamental na atuação brasileira em suas relações internacionais.

O professor **Celso Lafer** sempre teve ideias de vanguarda, lançou debate sobre os Direitos Humanos quando o tema ainda era pouco explorado pela academia brasileira, participou do limiar do Direito Internacional do Meio Ambiente e desenvolvimento, inaugurou discussão sobre a Organização Mundial do Comércio e do adensamento de juridicidade que ela representava para o Direito Internacional contemporâneo e, titular do Departamento de filosofia da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, nunca deixou de pensar as relações internacionais, o Direito Internacional e esboçar preocupações de caráter essencialmente humanista e solidarista.

Por isso, a academia lhe é grata por toda a sua grande contribuição ao Direito Internacional e expressa através desta singela homenagem sua gratidão, que é referência a toda uma geração por suas ideias enquanto doutrinador humanista e visionário. O grupo que homenageia o professor LAFER não é um grupo de amigos ou alunos, mas um grupo de discípulos espalhados por todo o país, pesquisadores renomados, professores de cadeiras nos cursos de graduação e pós-graduação do país e também jovens pesquisadores que publicam os primeiros trabalhos e começam a trilhar uma carreira cujo modelo e inspiração é a seriedade, a honestidade acadêmica e o comprometimento com o saber como a carreira do professor homenageado traduz.

Assim, entre o desafio de consolidar o amadurecimento da doutrina do Direito Internacional a partir do conagraçamento de um conjunto de pesquisadores de todo o país e a homenagem a um professor que representa o comprometimento humanista da escola de Direito Internacional brasileira, oferece-se à comunidade acadêmica a obra “Direito Internacional em Expansão”, que vem reforçar um já consagrado conjunto de publicações que representam a “era dos congressos” como um tempo de amadurecimento, ampliação e qualificação do estudo do Direito Internacional no Brasil.

Brasil, inverno de 2012.

WAGNER MENEZES

Professor Associado de Direito Internacional na USP – Universidade de São Paulo, Livre-docente. Doutor com Pós-Doutorado na Università Degli Studi di Padova; Mestre. Presidente da Academia Brasileira de Direito Internacional – ABDI. Coordenador do Congresso Brasileiro de Direito Internacional. Membro-Diretor da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Árbitro do Tribunal Arbitral do Mercosul (Protocolo de Olivos). Advogado. Professor visitante em vários cursos de pós-graduação no Brasil e no exterior.

SUMÁRIO*

APRESENTAÇÃO	XIX
COOPERAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS <i>José Guilherme Ferraz da Costa</i>	1
NORMAS INTERNACIONAIS E SUAS DIMENSÕES <i>Jovian da Silva Rodrigues Ferreira</i>	13
ABUSIVIDADE NOS CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA EM FACE DO DIREITO DA CONCORRÊNCIA <i>Juliana Marteli Fais Feriato</i>	25
O PRINCÍPIO DA AUTONOMIA FRENTE AOS DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE <i>Kellen Trilha Schappo</i>	37
REFLEXÕES ACERCA DO PROBLEMA DA (IN)DETERMINAÇÃO DA NORMA DE JUS COGENS NA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA <i>Licia Bosco Damous</i>	49

* O Organizador e a Arraes Editores não se responsabilizam pelo conteúdo e pela revisão dos artigos, bem como pela correção da nova ortografia.

A QUESTÃO FALKLAND (MALVINAS): SOBERANIA E PRINCÍPIO DA AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS APLICADOS AO CONFLITO <i>Gustavo Carnesella</i> <i>Lucas Carlos Lima</i>	61
CONSIDERAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO DE CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL <i>Lucília Napoleão Barros</i>	73
A NOVEL SITUAÇÃO JURÍDICA DA GROELÂNDIA: REPERCUSSÕES RECENTES DA AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS E TERRITÓRIO <i>Lya Amaral Romanelli</i> <i>Luís Fernando de Paiva Baracho Cardoso</i>	81
A COOPERAÇÃO JURÍDICA EM MATÉRIA INTERNACIONAL E A ATUAÇÃO BRASILEIRA <i>Luiz Philipe Ferreira de Oliveira</i>	97
O ACORDO SOBRE BARREIRAS TÉCNICAS AO COMÉRCIO: UM AVANÇO OU UM INCENTIVO AO PROTECIONISMO? <i>Luiz Henrique Maisonnnett</i>	109
DO DANO EXISTENCIAL NO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO <i>Mara Darcanchy</i> <i>Fernanda Miranda Barbosa</i>	119
DIREITO AO ESPORTE COMO DIREITOS HUMANOS <i>Marcos Fernandes Passos</i> <i>Mariana Almeida Picanço de Miranda</i>	129
A PROTEÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO NO SISTEMA UNIVERSAL <i>Maria Carolina Vargas Simões</i>	141
O IMPACTO DA PRIVATIZAÇÃO DOS CONFLITOS ARMADOS NOS DIREITOS HUMANOS <i>Maria de Assunção do Vale Pereira</i>	153
CRISE ECONÔMICA MUNDIAL E OS REFLEXOS NO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO <i>Aldo Aranba de Castro</i> <i>Maria de Fátima Ribeiro</i>	167

LOS DERECHOS HUMANOS Y EL REFUGIADO AMBIENTAL <i>María de las Mercedes Rodríguez Fontán Luchino</i>	183
O PARADIGMA DA SOBERANIA E A COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL <i>Mariana dos Anjos Ramos</i>	193
A INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 16.3 DO TRIPS E AS POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES PARA O BRASIL NA ORDEM INTERNACIONAL <i>Mariana de Araújo Mendes Lima</i>	205
CONTRATOS INTERNACIONAIS COM O ESTADO E SUA INSERÇÃO NA TEORIA GERAL DOS CONTRATOS: SINGULARIDADES E ASPECTOS CONTROVERSOS <i>Mariana Yante B. Pereira</i>	221
A LEGISLAÇÃO NORTE-AMERICANA ANTICORRUPÇÃO E A COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL <i>Marianne Mendes Webber</i>	237
A NOVA ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL, O DIREITO INTERNACIONAL DOS INVESTIMENTOS E A ATUALIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO BRASILEIRO <i>Marilda Rosado</i> <i>Bruno Almeida</i>	255
SEGURANÇA HUMANA EM ÂMBITO INTERNACIONAL, E SUA RELAÇÃO COM O SISTEMA DE SAÚDE BRASILEIRO, COM A FORMAÇÃO DE UM SISTEMA DE SAÚDE GLOBAL, NA BUSCA DE SOLUÇÕES PARA O EFETIVO DESENVOLVIMENTO HUMANO <i>Marina Zuan Benedetti Chenso</i> <i>Marlene Kempfer</i>	269
REFLEXOS DA CONSTRUÇÃO CONTEMPORÂNEA INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS EM FACE DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 <i>George Rezende Moraes</i> <i>Melina Girardi Fachin</i>	281
DIREITO À SAÚDE REPRODUTIVA: UM COMPROMISSO INTERNACIONAL BRASILEIRO <i>Othoniel Pinheiro Neto</i>	293

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: ANÁLISE DO CASO GUATEMALENSE <i>André Yudi Fuji Numata</i> <i>Patrícia Ayub da Costa Ligmanovski</i>	307
O PAPEL DOS TRIBUNAIS MISTOS E CÂMARAS EXTRAORDINÁRIAS NA PROMOÇÃO DO ESTADO DE DIREITO: CASO CAMBOJA <i>Patrícia Ayub da Costa Limanovski</i> <i>Beatriz Miranda Batisti</i>	319
A PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO CIVIL EM CONFLITOS ARMADOS SOB A ÉGIDE DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO <i>Júlia Wicher Marin</i> <i>Patrícia Ayub da Costa Ligmanovski</i>	329
AUTODETERMINAÇÃO EXTERNA DOS POVOS E INTEGRIDADE TERRITORIAL <i>Marcelo Augusto Tosati</i> <i>Patrícia Grazziotin Noschang</i>	339
JUSTIÇA E RECONCILIAÇÃO NO ESTATUTO DE ROMA <i>Paulo Edvandro Costa Pinto</i>	351
O MITO DE FRANCISCO DE VITÓRIA: DEFENSOR DOS DIREITOS DOS ÍNDIOS OU PATRIOTA ESPANHOL? <i>Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo</i>	365
QUESTÕES RELATIVAS À IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO NO PLANO INTERNACIONAL EM FACE DA DECISÃO DO CASO “ <i>JURISDICTIONAL IMMUNITIES OF THE STATE</i> ” (ALEMANHA V. ITÁLIA) NA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA <i>Ana Luiza Fernandes Calil</i> <i>Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo</i>	383
A TEORIA DA FRAGMENTAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL: UM “UNIVERSO DE ILHAS INTERCONECTADAS” <i>Carolina Koschdoski de Souza</i> <i>Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo</i>	397
A COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA INTERNACIONAL NO BRASIL <i>Priscila Caneparo dos Anjos</i>	409

O CONFLITO INTERNO NA SÍRIA E O PRINCÍPIO DA “RESPONSABILIDADE DE PROTEGER” <i>Priscila Fett</i>	421
INVESTIMENTOS INTERNACIONAIS E OS DESAFIOS RELATIVOS À PROPRIEDADE INTELECTUAL: A PROTEÇÃO DE MARCAS E PATENTES NO MERCADO GLOBAL <i>Rafael Atab</i>	439
CORTE IDH E SUAS MEDIDAS PROVISÓRIAS: ANÁLISE DOS CASOS BRASILEIROS <i>Rafael Santos Morais</i>	451
A INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA E O INDIVÍDUO COMO CENTRO DO DIREITO INTERNACIONAL <i>Rafael Zelesco Barretto</i>	463
REGIONALISMO: PREMISSAS À COMPREENSÃO DE UM FENÔMENO JURÍDICO <i>Raphael Carvalho de Vasconcelos</i>	477
APLICAÇÃO DAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS DE COMBATE À CORRUPÇÃO NO BRASIL <i>Roberto Lima Santos</i>	491
PROTEÇÃO DOS DIREITOS LINGUÍSTICOS NA UNIÃO EUROPEIA, NA ÓTICA DO DIREITO COMUNITÁRIO <i>Rosa Júlia Plá Coelho</i>	503
CELAC: PERSPECTIVAS DE AMPLIAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE <i>Sérgio Luiz Pinheiro Sant’Anna</i>	513
ASCENSÃO E DECLÍNIO DO DIREITO INTERNACIONAL? <i>Sibele Walkiria Lopes</i>	527
MOROSIDADE DO JUDICIÁRIO E AS RELAÇÕES NEGOCIAIS INTERNACIONAIS <i>João Carlos Leal Júnior</i> <i>Tania Lobo Muniz</i>	539
OS CRITÉRIOS DE RECONHECIMENTO DE GOVERNOS SOB A ÓTICA DO DIREITO INTERNACIONAL: NOVAS CATEGORIAS? <i>Tatiana de Almeida Freitas R. Cardoso</i> <i>Rafaela Steffen G. da Rosa</i>	553

PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES INTERNACIONAIS: O EMBATE ENTRE A PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL E OS PERITOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD) NO BRASIL <i>Felipe Crisanto da Nóbrega</i> <i>Thiago Albuquerque Fernandes</i>	569
ARBITRAGEM COMERCIAL INTERNACIONAL COMO MEIO PARA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS EM MATÉRIA DE INFRAÇÕES DE PATENTES: ANÁLISE A PARTIR DOS SISTEMAS JURÍDICOS BRASILEIRO E ESPANHOL <i>Juliana Demori de Andrade</i> <i>Thiago Paluma</i>	581
O ENSINO DO DIREITO INTERNACIONAL: PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO OU UMA ARMA TERRORISTA? COMENTÁRIOS SOBRE A DECISÃO DO CASO <i>HOLDER VS. HUMANITARIAN LAW</i> <i>Thiago Pedroso de Andrade</i>	593
OS PILARES DE EFICÁCIA DA ARBITRAGEM INTERNACIONAL NO ÂMBITO BRASILEIRO <i>Agatha Brandão de Oliveira</i> <i>Valesca Raizer Borges Moschen</i>	603
A RESERVA DE ORDEM PÚBLICA NA HOMOLOGAÇÃO DE DECISÕES ESTRANGEIRAS SOB A ÓTICA DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO <i>Nevitton Vieira Souza</i> <i>Valesca Raizer Borges Moschen</i>	615
ARTIGO V(1)(A) DA CONVENÇÃO DE NOVA IORQUE E A INVALIDADE DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM <i>Vera Cecília Monteiro de Barros</i>	627
ANÁLISE DAS TEORIAS ECONÔMICAS DE ADAM SMITH, KARL MARX E JOSEPH SCHUMPETER PARA A PERCEPÇÃO DO DIREITO HUMANO AO DESENVOLVIMENTO <i>Felipe Felix e Silva</i> <i>William Paiva Marques Júnior</i>	639

APRESENTAÇÃO

“Direito Internacional em expansão” é o tema deste Congresso. É um tema de grande relevância e atualidade, pois as normas de Direito Internacional, em especial as de organização, voltadas para promover a cooperação entre os estados tendo em vista uma finalidade comum vêm se expandindo. Essas normas de mútua colaboração, para lembrar a conhecida formulação de Wolfgang Friedmann, têm como fonte material as realidades da interdependência dos Estados que, num mundo unificado pela técnica e pela economia, levaram à diluição das fronteiras e amainaram as diferenças entre o “interno” dos estados e o “externo” da dinâmica de funcionamento do sistema internacional.

No meu percurso de estudioso ocupei-me, no correr dos anos, da análise de distintos modelos jurídicos caracterizados pela operação de normas de mútua colaboração. Lembro os meus trabalhos sobre o Direito Internacional Econômico, entre eles: os dedicados aos acordos intergovernamentais de produtos primários; ao GATT e sua subsequente transformação na Organização Mundial do Comércio e aos inéditos mecanismos que a OMC propiciou de solução de controvérsias; e aos relacionados com processo e integração econômica da América Latina, em especial o Mercosul. Lembro, igualmente, os meus estudos dedicados ao Direito Internacional dos Direitos Humanos, cujas normas têm origem na inserção de aspirações axiológicas na agenda internacional no pós-Segunda Guerra Mundial e que, a partir da política do Direito traçada pela Declaração Universal de 1948, foram se expandindo e se tornaram mais específicas no plano internacional e nos planos regionais. Menciono os relacionados com o Direito Internacional do Meio Ambiente que foi normativamente se adensando com a percepção, lastreada no conhecimento científico, da fragilidade dos ecossistemas que, de forma integrada, sustentam a vida na Terra. Registro, finalmente, algumas experiências com a temática do desarmamento como uma dimensão de pacifismo de meios dedicado a conter os riscos da guerra e da desmedida violência na era nuclear.

No meu trato de estudioso destes modelos beneficiei-me da experiência concreta haurida na prática dos seus respectivos funcionamentos na condição de Ministro das Re-

lações Exteriores de 1992 e em 2001-2002 e de Embaixador do Brasil em Genebra de 1995 a 1998. Pode, assim, verificar não só na teoria como na prática que estes modelos de cooperação e suas respectivas normas de organização engendram culturas jurídicas distintas umas das outras. A especificidade destas culturas jurídicas é um dos dados explicativos do que Koskenniemi articulou como processos de fragmentação do Direito Internacional.

Com efeito, a expansão do Direito Internacional vem levando a regimes jurídicos especiais que têm dificuldades de dialogar tanto por conta das diferenças de concepção que presidem a sua dinâmica, quanto pelo fato de inexistirem normas que tratem apropriadamente das relações inter se entre estes regimes jurídicos especiais. Em síntese, a expansão contemporânea do Direito Internacional criou a horizontalidade de um direito em rede não dotado de mecanismos jurídicos de *interface* para apropriadamente trabalhar em conjunto na estruturação da ordem mundial. Para isso contribuiu o que Bobbio qualifica do problema de “O Terceiro Ausente”, ou seja, de um *tertius* institucional de abrangência universal, com vocação e poder para imprimir maior unidade e coerência ao Direito Internacional Público.

Esta normatividade de conteúdo variável leva a um direito internacional *flou* para recorrer a uma formulação de Mireille Delmas-Marty, que vem se dedicando a refletir sobre os modos de ordenar esse pluralismo centrífugo, associando o universal e o relativo e propiciando uma harmonização e um diálogo que não seja fruto de imposição, mas sim de uma criativa hibridação.

É no horizonte do conjunto das considerações acima feitas que considero de grande relevância a temática deste Congresso e dos estudos que nele serão apresentados e discutidos. Permito-me concluir dizendo que me sinto muito honrado por ser homenageado neste Congresso numa etapa da vida em que a compulsória assinala o termo da minha *vita activa* de professor universitário. Com efeito, o cerne do que vai ser examinado está muito vinculado à agenda de preocupações do meu percurso de internacionalista, aos quais espero dar continuidade, beneficiando-me do estímulo dos textos destes volumes.

Julho de 2012

CELSON LAFER

Celso Lafer (São Paulo, 1941) estudou (1960-1964) na Faculdade de Direito da USP, na qual lecionou de 1971 até a sua aposentadoria em 2011, Direito Internacional e Filosofia do Direito. Obteve o seu MA (1967) e o seu PhD (1970) em Ciência Política na Universidade de Cornell (EUA); a livre-docência em Direito Internacional Público na Faculdade de Direito da USP em 1977 e a titularidade em Filosofia do Direito em 1988.

Na Faculdade de Direito da USP foi Chefe do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito (1993-1995; 2003-2005; 2009-2011) e integrou a Área de Concentração de Direitos Humanos da qual foi Coordenador (2006-2007) e Vice-coordenador (2007-2011). Foi membro titular do Conselho Deliberativo do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da USP (2005-2011). Representou a Congregação da Faculdade de Direito no Conselho Universitário (1990-1992).

Foi Ministro de Estado das Relações Exteriores em 1992 e, nesta condição, Vice-Presidente *ex officio* da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. Na sua segunda gestão no Itamaraty (2001-2002) chefiou a delegação brasileira à Conferência Ministerial da OMC em Doha, que deu início à Rodada de Doha. Em 1999 foi Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. De 1995 a 1998 foi Embaixador, Chefe da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas

e à Organização Mundial do Comércio em Genebra. Em 1996 foi o Presidente do Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio e, em 1997, foi Presidente do Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio. Presidiu a OMC, em 1998, o *Panel*: “India - Quantitative Restrictions on Imports of Agricultural, Textiles and Industrial Products” e, em 2010, o *Panel* “United States - measures affecting imports of certain passenger vehicle and light truck tyres from China”.

É, desde agosto de 2007, Presidente da FAPESP-Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Integra o Conselho Acadêmico do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional (GACINT), IRI/USP e é membro da Corte Permanente de Arbitragem Internacional de Haia desde 2002. É Presidente do Instituto Brasileiro de Filosofia desde abril de 2007. Preside o Conselho Editorial da revista “Política Externa”, da qual foi coeditor com Gilberto Dupas (2000-2008).

Doutor *honoris causa* da Universidade de Buenos Aires (2001), da Universidade Nacional de Córdoba, Argentina (2002), da Universidad Nacional de Tres de Febrero, Argentina (2011), da Universidade Lyon 3 - Jean Moulin, França (2012). É *Honorary Fellow* da Universidade Hebraica de Jerusalém (2006). Recebeu, em 2001, o prêmio Moinho Santista da Fundação Bunge na área de Relações Internacionais e, em 2011, a Medalha Armando de Salles Oliveira, concedida pelo Conselho Universitário, por serviços prestados à valorização da USP. Em 2006 foi titular da cátedra “Países e Culturas do Sul” do Centro John W. Kluge da Biblioteca do Congresso dos EUA. É membro titular da Academia Brasileira de Ciências, eleito em 2004, e da Academia Brasileira de Letras, eleito em 2006. Recebeu, em 15 de agosto de 2012, o título de Professor Emérito do Instituto de Relações Internacionais da USP.

